

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA
CONCORRÊNCIA CO – SEAC
Nº 90027/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, por meio eletrônico, pelo critério de julgamento do tipo técnica e preço, para a realização, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário dos serviços de engenharia devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, pela **Lei Municipal nº 4.352/06** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 33.971/11, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022, 51.635/2022 e 51.689/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço eletrônico

<https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pelo Governo Federal, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da Concorrência Eletrônica.

1.3.1 – O Edital será disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), no endereço eletrônico <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público.

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico licitaseac@gmail.com.

1.6.1 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: licitaseac@gmail.com.

1.7.1 – Caberá ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão pública de abertura da licitação será realizada nos prazos indicados no item 3.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização do Senhor Secretário (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº COM-PRO-2025/00173 de 04/06/2025, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 17/11/2025.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 17 de julho às 10:00h, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação iniciará a sessão pública da CONCORRÊNCIA CO – SEAC Nº 90027/2026 no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal de Compras do Governo Federal).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços de engenharia de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E APOIO

TÉCNICO À SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA (SEAC-RIO) NO ÂMBITO DOS PROJETO E PROGRAMAS DA SECRETARIA, sob regime de *Empreitada por Preço Unitário*, conforme as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I), de fls. 591- 621 do administrativo nº COM-PRO-2025/00173

4.2. São consideradas parcelas de maior relevância técnica:

1	Fiscalização de obra de reforma Residencial multifamiliar;
2	Gerenciamento de projetos multidisciplinares em obras civis;

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária própria:

5.2 – O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo II, totalizando a importância de R\$ 14.759.332,44 (Quatorze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos). O orçamento estimado tem por base a Tabela de Preços do Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia - SCO-RIO referente ao mês de 06/2025, nos termos do Decreto Rio nº 15.307/96.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é do tipo **técnica e preço**.

7. PRAZOS

7.1 – O Contrato terá eficácia a partir da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratação Pública e vigorará por 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data

da referida publicação ou do memorando de início, se posterior, em perfeita obediência ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo II).

7.1.1 – O prazo para o início dos serviços será de 7 (sete) dias úteis contados do recebimento do memorando de início.

7.2 – O prazo de execução das obras e/ou serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e junto ao Sistema Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.

8.2 – Para participação na Concorrência Eletrônica, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e

aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo à Concorrência Eletrônica e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência Eletrônica.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, ~~estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio~~, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

8.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13.1 - Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema de Compras do Governo Federal.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.2.1 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, as propostas de Técnica e de Preço, este com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no valor global do objeto licitado.

10.2 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas de Técnica e de Preço e de julgamento.

10.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data

de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo de declaração do Anexo XIV.

10.4. A falsidade das declarações de que tratam os itens 10.3.1/10.3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

10.5 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.5.1 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase de apresentação de propostas.

10.5.2 - Os documentos complementares às propostas de Técnica e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados apenas pelo licitante mais bem classificado após o encerramento da etapa competitiva, em formato digital.

10.5.3 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.6 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução do contrato, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.7 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.7.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução das obras e/ou serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.7.2 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.8 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.

10.9 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação.

10.10 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A SEAC, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.11 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.12 - O licitante deverá enviar sua proposta Técnica, através do sistema eletrônico, contendo todos os requisitos e documentos exigidos no Anexo I do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)

10.13 - O licitante deverá enviar sua proposta de Preço mediante o preenchimento, no sistema eletrônico de todos os campos pertinentes, conforme modelo do Anexo XII.

10.14 – Todas as especificações do objeto contidas nas propostas vinculam o licitante.

10.15 - Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão/Agente de Contratação e os licitantes.

11.2- Iniciada a sessão pública, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 19 deste Edital.

11.2.1 - Eventual postergação do prazo a que se refere o item anterior deve ser comunicada tempestivamente pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, via sistema.

11.3 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.4 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;

- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.4.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.5 - A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas neste Edital e no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

11.6 - A análise dos quesitos de natureza qualitativa das propostas de Técnica será realizada pela banca designada observados os requisitos e documentos exigidos no Anexo I do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

11.7 - Na análise das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o disposto no anexo I - CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO TÉCNICA E PREÇO do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

11.8 - Concluída a avaliação e ponderação das propostas Técnicas o Presidente da Comissão/Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

11.9– Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de

aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.9.1 – Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.9.2. – A inexequibilidade de que trata o subitem anterior só será considerada após diligência do Presidente da Comissão/Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, que averiguarão se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado, demonstrando a exequibilidade de sua proposta.

11.10 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11.11 – Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o disposto no ANEXO I do Termo de Referência.

11.12 – encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.2 e 11.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas de Técnica e Preço da presente licitação, será adotado o critério do tipo Técnica e Preço, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa competitiva da concorrência eletrônica, tenha apresentado a maior Nota Final, anexo I - CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO TÉCNICA E PREÇO do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

12.2. Serão observados, quanto às propostas em situação de empate, por ordem decrescente:

1. Maior nota no critério de Experiência da licitante.
2. Maior nota no critério de Equipe técnica
3. Maior nota no Plano de Trabalho
4. Maior desconto global.

Caso se mantenham empatadas duas ou mais propostas após a análise dos quatro quesitos acima mencionados, utilizarão os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei 14.133. E esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

12.3 — Haverá um prazo de duas horas, contado da solicitação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação no sistema, para corrigir documentos enviados anteriormente que apresentem erros e falhas ou acrescentar documentos ausentes identificados pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação e pela equipe de apoio, além dos documentos complementares. É facultado ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

12.4 – Encerrada a etapa competitiva com a classificação das Notas Finais em ordem decrescente dos valores, passará o Presidente da Comissão/Agente de Contratação ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensão de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.
- b) O Pregoeiro/Agente de Contratação verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, observada a proposta mais vantajosa decorrente do julgamento por técnica e preço, mediante consulta on-line ao Sistema

de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste Edital.

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Portal de Compras do Governo Federal, observado o item 12.3.

e) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 13.5. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.5 – Se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação examinará a licitante com Nota Final subsequente na ordem de classificação, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de licitante com Nota Final classificada que atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora

12.5.1 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.5.

12.6 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.7 - Erros no preenchimento da Planilha da Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.8 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstrações, o licitante com Nota Final classificada em primeiro lugar deverá apresentá-las, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

12.9 - Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das demonstrações, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.10 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.11 - No caso de não haver entrega da demonstração ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, a proposta do licitante será desclassificada.

12.12 - Se a(s) demonstração(ões) apresentada(s) pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for(em) aceita(s), o Presidente da Comissão/Agente de Contratação examinará a proposta da licitante subsequente, observada a ordem de classificação da Nota Final decorrente do julgamento por técnica e preço. Seguir-se-á com a verificação da(s) demonstração(ões) e, assim, sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.13 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação examinará a documentação da licitante com Nota Final subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atendam ao presente edital.

12.14 - Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.14.1 - A verificação pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.15 - Constatada a regularidade dos atos praticados pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, a autoridade competente adjudicará o item/o grupo da licitação à licitante vencedora e homologará.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.5 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;

(D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;

(E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor deste Município, desde que dentro do prazo de validade e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos: ,Anexos IV a XVI e os documentos que não estejam no SICAF e no Certificado de Cadastro de Fornecedor deste Município.

13.5 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5 a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a *10% (dez por cento), nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021*] do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do ~~último exercício social~~ *dos dois últimos exercícios sociais*; já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de Registro de Distribuição.

(B.3.2) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.3) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a concessão de recuperação judicial, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.3.4) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a homologação da recuperação extrajudicial, na forma do art. 162 ou do § 5º do art. 164 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo X do Edital da Concorrência Eletrônica nº 90027/2026.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e da certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) No caso de licitante em recuperação judicial, devidamente comprovada nos termos do item 13 (B.3.3), a documentação indicada nos itens 13 (C.3), (C.4) e (C.5) poderá ser substituída por comprovação de decisão judicial em vigor, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 11.101/2005.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VII, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Certidões emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e

aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> ou outro que venha substituí-lo.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro no CREA no Ramo da Engenharia Civil ou Arquitetura do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU. Será aceito registro no CAU para os serviços que sejam atribuição do profissional de arquitetura.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente, vinculados a parcela de maior relevância técnica disposto no subitem 4.2 do edital.

(E.3) – Comprovação de que a licitante dispõe ou terá à sua disposição profissional devidamente registrado no CREA e/ou CAU, detentor de certidões ou atestados de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que evidenciem capacidade técnico-operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, vinculados à parcela de maior relevância técnica prevista no subitem 4.2 do edital, sendo admitidas quaisquer formas de comprovação de vínculo ou de disponibilidade do referido profissional, não se restringindo a vínculo formal prévio.

(E.4) Será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.5) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.6) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

(E.7) Declaração formal da licitante de que assume o compromisso de utilização exclusiva de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal, sob as penas da lei, na forma do Anexo VIII, quando for o caso.

(E.8) Prova de inscrição no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – ou comprovante de que a licitante não está obrigada a se inscrever no referido cadastro.

(E.9) Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declaração da licitante, na forma do Anexo XI, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da entrega dos bens, na data de ____/____/____ às ____ h, e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS :

A proposta, que compreende a descrição do objeto ofertado pelo LICITANTE, deverá ser compatível com as especificações constantes no Anexo I - CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO TÉCNICA E PREÇO do Termo de Referência.

14.1. A proponente deverá apresentar PROPOSTA TÉCNICA em linguagem clara e objetiva, numerada sequencialmente, em arquivo digital no formato pdf, considerando folha de tamanho A4, utilizando fonte do tipo “Arial” tamanho 12, espaçamento entrelinhas de 1,5 e entre palavras

simples, e redigida no idioma Português do Brasil, numeradas e assinadas, digitalmente, pelo representante legal ou procurador.

14.1.1. O conteúdo da matéria deverá focalizar

a) Métodos de Trabalho – onde deverão ser expostas as formas de abordagem, a seleção dos métodos de trabalho, as normas e os procedimentos a serem seguidos e a forma de controle e de apresentação dos serviços e produtos almejados pelo objeto. Deverá ainda apresentar a sistemática com que se propõe a executar os serviços com processos tecnológicos e científicos;

b) Fluxograma de Atividades – onde a LICITANTE exporá de forma gráfica como pretende equacionar as interfaces entre as várias atividades envolvidas na consecução do objeto. A LICITANTE deverá considerar as atividades descritas no escopo dos serviços do presente Edital.

c) Estrutura Organizacional – onde conste:

- i) O sistema a ser adotado pela LICITANTE para realização de seus serviços;
- ii) Os controles de qualidade da execução dos serviços.
- iii) Uma proposta de organograma da equipe a ser alocada para realização dos serviços;
- iv) A descrição das atribuições e das responsabilidades das diversas áreas;
- v) O cronograma físico e o de permanência do pessoal, contemplando as atividades do organograma, as categorias utilizadas e as horas alocadas por técnico.

A classificação para cada quesito de cada proposta deverá ser feita segundo os seguintes conceitos:

a) Adequado/Excelente: Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas.

b) Bom: O texto apresenta informações que demonstram efetivo conhecimento teórico/prático sobre o tema, sendo, além disso, coerente, claro e objetivo.

c) Regular: Texto e informações mínimas para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente aos demais LICITANTES; pouca objetividade e clareza.

d) Insatisfatório: O texto não aborda o tema indicado e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas.

14.1.2. Plano de trabalho (30 pontos):

A avaliação do Plano de Trabalho e metodologia da proponente dar-se-á pela atribuição da pontuação para cada um dos itens conforme destacado a seguir, considerando o grau de qualidade da exposição:

TABELA 01 – PLANO DE TRABALHO					
ITEM	ELEMENTOS A SEREM AVALIADOS	EXCELENTE	BOM	REGULAR	INSATISFATÓRIO
1	Metodologia	10,00	8,5	2,5	0,0
2	Fluxograma	10,00	8,5	2,5	0,0
3	Estrutura Organizacional	10,00	8,5	2,5	0,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA					30,00

14.1.3. Experiência da Licitante (EL) – 40,00

14.1.3.1. A LICITANTE deverá comprovar que está habilitada e capacitada para exercer a atividade pertinente ao objeto desta licitação.

14.1.3.2. A comprovação de sua experiência se dará por meio da apresentação de certidão(ões) e/ou atestado(s) expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente

registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, contendo as experiências abaixo relacionadas:

a) Atestado e/ou certidão que comprove a experiência em serviços de gerenciamento, supervisão ou fiscalização a órgão da administração pública.

b) Atestado e/ou certidão que comprove a experiência em serviços de elaboração de projetos executivos de reformas em unidades habitacionais em áreas urbanas e/ou favelas.

c) Atestado e/ou certidão que comprove a experiência em elaboração de orçamentos, composições de custos e cronograma físico-financeiro a órgãos da administração pública.

d) Atestado ou certidão que comprove a experiência em obras habitacionais de áreas urbanas e/ou favelas.

14.1.3.3. Critérios de Pontuação da Capacidade Técnica da Licitante - No julgamento da Capacidade Técnica da Proponente, será atribuída pontuação de no máximo 40 (quarenta) pontos, às empresas que comprovarem sua experiência por meio de certidões e/ou atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, acompanhado (s) da(s) respectiva(s) CAT, obtida pela soma de pontos de acordo com o quadro abaixo:

TABELA 02 – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE				
ITEM	SERVIÇOS DE PROJETOS	PARÂMETROS MÍNIMOS	PONTUAÇÃO	
			POR ATESTADO	TOTAL MÁXIMO
1	Experiência em gerenciamento,	5 00,00 m ²	5,0	10,0

	supervisão ou fiscalização de obras ou projetos a órgão da administração pública			
2	Experiência em elaboração de projetos executivos de reformas em edificações residenciais em áreas urbanas e/ou favelas .	1.000,00 m ²	5,0	10,0
3	Experiência em elaboração de orçamentos, composições de custos e cronograma físico-financeiro.	1	2,5	10,00
4	Experiência em obras habitacionais em áreas urbanas e/ou favelas a órgão da administração pública.	1.000,00 m ²	5,0	10,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA				40,00

14.1.4. Experiência da equipe técnica (30 pontos):

14.1.4.1. Os Responsáveis Técnicos deverão ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior.

14.1.4.2. A comprovação da experiência do profissional será feita por meio de “Atestado” e/ou “Certidão” e/ou “Declaração”, na qual conste o nome do técnico e as respectivas funções

desempenhadas, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo conselho profissional competente, compatíveis com o objeto da licitação, descrito e especificado neste Termo de Referência.

14.1.4.5. LICITANTE deverá apresentar a comprovação de que tem a sua disposição na data prevista para a entrega da proposta e durante toda a execução do contrato, o seguinte profissional de nível superior, detentor do seguinte atestado:

TABELA 03 – EQUIPE TÉCNICA				
ITEM	TIPO DE SERVIÇO	Nº DE ATESTA DOS	POR ATEST ADO	TOTAL
1	Profissional especializado em Projetos e/ou obras de reforma habitacional com experiência em gerenciamento, supervisão ou fiscalização de obras ou projetos.	1	5,0	10,0
2	Profissional de nível superior com experiência na Coordenação de serviços técnicos de projetos e/ou obras de engenharia em áreas de favela	1	5,0	10,0
3	Profissional de nível superior com experiência na Coordenação de serviços técnicos de projetos e/ou obras de engenharia em áreas de favela	1	10,0	10,0
PONTUAÇÃO TOTAL DA CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA				30,00

14.2. NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA

14.2.1. A distribuição da pontuação deverá atender ao disposto na Planilha Referencial apresentada:

- a) Plano de Trabalho: 30 PONTOS;
- b) Experiência da Licitante: 40 PONTOS;
- c) Equipe Técnica: 30 PONTOS.

$$NT \text{ (máximo)} = 30+40+30 = 100$$

14.2.3. Serão desclassificadas as LICITANTES que não atingirem 60% do total da pontuação máxima e 50% de cada item (Plano de Trabalho, Equipe Técnica, Experiência da Licitante). Caso a soma da pontuação dos atestados apresentados para um item ultrapasse a pontuação máxima, os pontos excedentes serão desconsiderados, com o item auferindo a pontuação máxima.

14.2.4. Consolidação da Proposta Técnica:

TABELA 01 – PLANO DE TRABALHO					
ITEM	ELEMENTOS A SEREM AVALIADOS	EXCELENTE	BOM	REGULAR	INSATISFATÓRIO
1	Metodologia	10,00	8,5	2,5	0,0
2	Fluxograma	10,00	8,5	2,5	0,0
3	Estrutura Organizacional	10,00	8,5	2,5	0,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA					30,00

TABELA 02 – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE				
ITEM	SERVIÇOS DE PROJETOS	PARÂMETROS MÍNIMOS	PONTUAÇÃO	
			POR ATESTADO	TOTAL MÁXIMO
1	Experiência em gerenciamento, supervisão ou fiscalização de obras ou projetos a órgão da administração pública	500,00 m ²	5,0	10,0
2	Experiência em elaboração de projetos executivos de reformas em edificações residenciais em áreas urbanas e/ou favelas .	1.000,00 m ²	5,0	10,0
3	Experiência em elaboração de orçamentos, composições de custos e cronograma físico-financeiro.	1	2,5	10,00
4	Experiência em obras habitacionais em áreas urbanas e/ou favelas a órgão da administração pública.	1.000,00 m ²	5,0	10,0

PONTUAÇÃO MÁXIMA		40,00
-------------------------	--	-------

TABELA 03 – EQUIPE TÉCNICA				
ITEM	TIPO DE SERVIÇO	Nº DE ATESTA DOS	POR ATEST ADO	TOTAL
1	Profissional especializado em Projetos e/ou obras de reforma habitacional com experiência em gerenciamento, supervisão ou fiscalização de obras ou projetos.	1	5,0	10,0
2	Profissional de nível superior com experiência na Coordenação de serviços técnicos de projetos e/ou obras de engenharia em áreas de favela	1	5,0	10,0
3	Profissional de nível superior com experiência na Coordenação de serviços técnicos de projetos e/ou obras de engenharia em áreas de favela	1	10,0	10,0
PONTUAÇÃO TOTAL DA CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA				30,00

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

15.1. No exame da Proposta de Preço serão considerados:

- O valor proposto pelas licitantes para execução dos serviços, não podendo ultrapassar os valores globais e unitários constantes do orçamento.
- A obrigatoriedade de apresentação dos documentos exigidos no edital.

c) A coerência entre os preços unitários propostos.

d) A verificação do atendimento a todos os itens anteriores, sendo que o não atendimento a quaisquer deles implicará na desclassificação da Proposta de Preços correspondente e, conseqüentemente, eliminação da LICITANTE.

15.2. Nota da proposta do preço: Será adotado o seguinte critério na atribuição da nota de preço - NP:

a) Cálculo do fator (NP) pela aplicação da fórmula:

$$(NP) = 100 \times \frac{X1}{X2}$$

b) X1 – menor preço proposto entre as licitantes X2 – valor proposto por cada licitante.

c) As demais empresas terão suas notas proporcionais a seus (NP)'s e calculadas a partir da que apresentou o maior fator

16. NOTA FINAL

16.1. O cálculo da “Nota Final” (NF) das LICITANTES será de acordo com a média das Propostas de Técnica e de Preço, da seguinte forma

$$NF = (NT \times 0,70) + (NP \times 0,30)$$

Onde:

NF= Nota Final

NT = Nota da Proposta Técnica

NP= Nota da Proposta de Preço

16.2. A classificação final será em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final

17. MEDIÇÕES

17.1 – As medições das obras e/ou serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo II), que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas da obra e/ou serviço em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.

17.2 – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse da SEAC.

17.3 – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subseqüentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

17.4 – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

(a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), originariamente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

(b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{II} = PLO \times PUE_{II}$$

PEO

Onde:

PUII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO-RIO) da obra ou serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para a obra, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário (SCO-RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

17.5 – Não serão considerados nas medições quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), ou em suas eventuais alterações no curso do Contrato.

17.6 – Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:

- (a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
- (b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;
- (c) para efeito de faturamento, o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

17.7 – Na medição final ou na medição única será anexado um cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

18. PRÉ HABILITAÇÃO – GARANTIA DE PROPOSTA:

18.1 – Nos termos do artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, deverá ser emitida pela licitante até o 1º dia útil que anteceder a abertura da Licitação.

18.2 – Haverá um prazo de até 2 (duas) horas úteis, a partir da solicitação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação no sistema, para o envio da garantia da proposta, juntamente com os documentos mencionados no item 13.

18.3 – O valor da Garantia de Proposta é de R\$147.593,32.

18.4 – Os licitantes deverão apresentar Garantia de proposta sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021: dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro-garantia.

18.5 – A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, em conformidade ao parágrafo 2º do artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021:

18.6 – A Garantia de Proposta será executada em valor integral mediante a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, em conformidade ao parágrafo 3º do artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.7 – Serão desclassificadas as propostas, e o licitante será considerado inabilitado, caso não apresente a garantia da proposta ou a apresente em desacordo com o disposto no item 9.1, bem como se a garantia tiver emissão posterior à data de abertura da Licitação

19. RECURSOS

19.1 – Divulgada a vencedora, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

19.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

19.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

19.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

19.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

19.6 – Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

19.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

19.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo III).

20. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

20.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

20.2 – Caso o Sistema da Concorrência Eletrônica fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

20.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

20.3 – A desconexão do Presidente da Comissão/Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Presidente da Comissão/Agente de Contratação, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

20.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o/a Presidente da Comissão/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

21. GARANTIA

21.1 – A ADJUDICATÁRIA prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.1.1 – No caso de seguro–garantia, a prestação da garantia pelo contratado será efetuada em um mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

21.1.2 – Em relação ao seguro–garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

21.1.3 – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Rio nº 26.244/2006.

21.2 – A SEAC utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

21.3 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

21.4 – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia será executada pelo CONTRATANTE, na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

21.5 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela SEAC, o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

21.6 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual estabelecido no item 17.1.

21.7 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

21.8 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.9 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 465 do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

22. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

22.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente da Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

22.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo III, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC e a ADJUDICATÁRIA.

22.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pela Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas

Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

22.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC.

22.3.2 – Em atendimento ao art. 7º do Decreto Municipal nº 49.415, de 17 de setembro de 2021, o fornecedor ou colaborador externo, vencedor de processo seletivo, que pretenda manter relação jurídica de qualquer natureza com o Município do Rio de Janeiro ou com qualquer de suas entidades da Administração Indireta, deverá cumprir o Protocolo de Avaliação de Integridade e Transparência – PAIT, mediante o preenchimento do Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência, requisito indispensável para celebração de qualquer instrumento jurídico com este Ente ou com uma de suas entidades.

22.3.3 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.4 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

22.5 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços e materiais empregados que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC.

22.5.1 A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus

para a Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

22.6 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

22.7 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

22.8 – Nos casos em que a assinatura do contrato importar na exclusão do regime do SIMPLES Nacional, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato, no prazo previsto no art. 30, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

22.9 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

22.10 – A fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC.

22.11 - Em conformidade com o artigo 18 do Decreto Rio nº 51.629 de 9 de novembro de 2022 e eventuais alterações posteriores, a gestão contratual do(s) instrumento(s) originado(s) pelo presente certame deverá ser realizada por pelo menos 1 agente público designado e a fiscalização deve ser realizada por pelo menos 2 (dois) agentes públicos designados.

23. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1 – Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo II), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

23.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC.

23.2 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC e obedecido o disposto na legislação.

23.3 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

23.3.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/obras efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que o Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

23.4 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

23.5 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de

acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

23.6 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC.

23.7 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

24. REAJUSTE

24.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado (Consolidação da Pesquisa de Preços), junho/2025, observada a Lei Federal no 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

24.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

24.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 18.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 21.2.

25.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- a) **Advertência;**
- b) **Multa;**
- c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

25.3 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

25.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços/obra.

25.3.2 - 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços/obra.

25.3.3 - Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço/obra, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

25.3.4 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

25.3.5 – 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

25.3.6 – 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

25.3.7 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

25.3.8 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

25.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

25.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

25.6 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

25.7 - O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas

à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

25.8 - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

25.9 – A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

26. FORO

26.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC

27.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

27.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação.

27.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Quadro Estimativo de Valores e Cronograma Físico - Financeiro
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo V	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VI	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VII	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003
Anexo VIII	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 27.715/2007
Anexo IX	Declaração ref. aos Decretos Municipais nº 27.078/06 e nº 33.971/11
Anexo X	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XI	Declaração de visita
Anexo XII	Modelo de proposta
Anexo XIII	Indicação da localização das instalações
Anexo XIV	Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho
Anexo XV	Declaração de cumprimento de reservas de cargo do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XVI	Declaração de Regularidade Trabalhista

27.6 – Este Edital contém ____ (____) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Agente de Contratação - SEAC



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

ZELIA FERNANDA DOMINGOS DA SILVA

11/298.618-0



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº COM-PRO-2025/00173)

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões para a contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de estudos técnicos, projetos, relatórios de gerenciamento de obras e de trabalho social bem como visando a supervisão, monitoramento, avaliação e assessoramento técnico dos programas e projetos da Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC-RIO.

A SEAC-RIO espera também que o Gerenciamento contratado deixe como legado boas práticas e expertise em Gerenciamento de Projetos e Obras, com suas ferramentas, processos. A consolidação desses procedimentos exige a construção de um sistema eficiente de gerenciamento, compatível com as melhores práticas disponíveis no mercado, materializado de acordo com o definido neste Termo de Referência e pela Contratante.

A execução dos serviços da presente contratação se dará em assentamentos populares na Cidade do Rio de Janeiro, divididas em dois itens distintos, a serem escolhidas de acordo com critérios de vulnerabilidade social e ambiental, atendendo às demandas do Município, e em consonância com o histórico de atuação da Secretaria em assentamentos populares.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Contratação de “EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E APOIO TÉCNICO A SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA (SEAC-RIO) NO ÂMBITO DOS PROJETO E PROGRAMAS DA SECRETARIA”.**
- 2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.**

- 2.3.** O prazo de vigência da contratação é de 360 dias contados a partir da assinatura do Memorando de Início, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.4.** O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que não se trata de demanda permanente, contando com créditos previstos no plano plurianual.
- 2.5.** Justificativa para o não parcelamento

Em acordo com o art. 40 § 3º, da Lei nº 14.133, e a justificativa apresentada no ETP, a qual transcreve-se: Os serviços, objeto da contratação, são correlatos e integrados, devendo ser geridos e executados pela mesma empresa, de modo a facilitar a gestão dos mesmos.

As obras, executadas dentro de um prazo estabelecido permitem um ganho no uso dos recursos humanos, permitindo um escalonamento das mesmas equipes de trabalho, deslocadas para novas frentes quando findados os serviços programados nas etapas anteriores. O parcelamento dos serviços dentre diversas empresas demandaria um esforço maior de capacitação dos profissionais envolvidos nas rotinas e alocação de mais profissionais.

Além do que, a licitação para a contratação de que trata o objeto deste estudo, nos moldes em que se encontra, permite à Administração uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes, além de permitir maior adesão ao certame pelo mercado fornecedor de maior capacidade operacional.

Com base nestes aspectos, consideramos esta formatação a mais vantajosa para a Administração Pública, devendo os serviços serem geridos e executados pela mesma empresa não sendo vantajoso o seu parcelamento.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender de forma abrangente às necessidades operacionais, técnicas e sociais da Secretaria Especial de Ação Comunitária do Município do Rio de Janeiro (SEAC-Rio), no contexto das diversas ações, programas e projetos desenvolvidos em territórios populares e de alta vulnerabilidade social, como favelas, loteamentos irregulares e áreas de reassentamento.

Desde sua criação em 2021, a SEAC-Rio tem atuado com foco na aproximação entre o poder público e as comunidades, viabilizando ações articuladas que integram melhoria habitacional, fortalecimento comunitário, escuta ativa da população, desenvolvimento sustentável e oferta de serviços essenciais.

A SEAC-Rio estrutura suas ações em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, particularmente os que visam a redução das desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e bem-estar e saúde (ODS 3), consolidando sua atuação como promotora de um desenvolvimento urbano socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

A complexidade e a capilaridade dessas ações exigem equipes multidisciplinares com competências nas áreas de engenharia, arquitetura, assistência social, planejamento urbano e apoio jurídico e logístico, para garantir o acompanhamento técnico adequado, o cumprimento de metas e a efetividade das intervenções.

Diante da insuficiência de recursos humanos próprios no quadro da SEAC-Rio, especialmente nas áreas técnicas e sociais, a contratação de empresa especializada justifica-se como medida essencial para o cumprimento das funções institucionais da Secretaria. Trata-se, portanto, de uma solução estratégica para suprir lacunas operacionais e ampliar a capacidade de resposta do poder público frente às demandas sociais crescentes.

A empresa contratada deverá prestar serviços que vão além da execução técnica, incorporando também atividades de assessoramento à gestão pública, mobilização comunitária, acompanhamento de indicadores sociais, monitoramento de impactos e sistematização de informações, permitindo à SEAC-Rio aprimorar suas políticas públicas com base em evidências e boas práticas.

Com isso, a contratação ora proposta visa garantir eficiência, qualidade, continuidade e abrangência à implementação das políticas públicas desenvolvidas pela SEAC-Rio, com impacto direto na melhoria das condições de vida da população atendida, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a equidade, a inclusão e o desenvolvimento territorial sustentável.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

O objeto do presente Termo de Referência têm como função assegurar o perfeito cumprimento de todas as etapas de implementação dos Projetos e Programas desta Secretaria, cabendo à empresa contratada apoiar a SEAC-RIO, na elaboração dos projetos, levantamentos de dados, cadastramentos técnicos, no acompanhamento dos contratos de obras e no apoio a fiscalização nos serviços de campo, mediante o

gerenciamento e a supervisão das intervenções realizadas pela Secretaria durante a vigência do contrato, com a utilização de pessoal qualificado e fornecimento de apoio logístico, compreendendo a execução das seguintes atividades:

4.1. Serviços técnicos de apoio ao gerenciamento

Identificar os diversos agentes que interferem e /ou contribuem com o projeto;

- Identificar e acompanhar as diversas frentes de trabalho do projeto;
- Implantar mecanismos de comunicação que garantam à geração, a coleta, a distribuição, o armazenamento, a recuperação e a destinação final das informações sobre o projeto, de forma oportuna e adequada e que possibilite a perfeita integração dos serviços, garantindo o bom desempenho dos mesmos;
- Identificar os fluxos de operação e dos conteúdos de informação, apontando os pontos críticos, gargalos, restrições e oportunidades de disseminação de melhores práticas na execução dos serviços;
- Apoiar a SEAC-RIO nas interfaces com todos os órgãos e entidades pertinentes a intervenção, de acordo com as solicitações e instruções da SEAC-RIO;
- Coletar, analisar e interpretar os dados e informações dos contratos referentes às obras e serviços, além de outras atividades ligadas à organização dos trabalhos e levantamento de documentos básicos necessários ao desempenho do Gerenciamento;
- Criar rotinas de acompanhamento e operacionalização dos contratos;
- Elaborar os projetos executivos das residências que receberão as melhorias habitacionais;
- Acompanhar o controle físico da execução, de forma a perseguir o cumprimento do cronograma avençado nos contratos das intervenções, comparando o que fora previsto com o efetivamente realizado e o impacto no planejamento das etapas futuras e apontando a previsão mensal dos desembolsos;
- Atualizar periódica e sistematicamente os cronogramas de execução das obras e serviços, compatibilizando-os e destacando suas interfaces, levando em conta a sequência de execução dos eventos, as relações de precedência e o plano de desembolso;
- Elaborar a documentação fotográfica da intervenção, registrando a evolução dos serviços;

- Relatar os riscos relevantes identificados que possam comprometer prazos, orçamentos e qualidade das obras, sugerindo as ações mitigadoras;
- Analisar os planos de obras propostos pelas empresas, assim como os recursos materiais e humanos que serão colocados à disposição da intervenção;
- Analisar as propostas das empresas contratadas para adequações das intervenções, quanto à pertinência e ao impacto físico e financeiro no empreendimento;
- Prestar o apoio logístico à execução dos serviços de gerenciamento, com fornecimento de equipamentos, de materiais de escritório e de suprimentos de informática, com postagem de documentos, disponibilizando meios de transporte e de comunicação.

4.2. Serviços técnicos de apoio à Supervisão

Os principais serviços técnicos de engenharia a serem executados pela Contratada, para apoio à SEAC-RIO, são os seguintes:

- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, prestar consultoria técnica na elaboração de projetos, levantamentos, cadastramentos técnicos ou revisão de estudos e projetos executivos, estimativas de custos e orçamentos, com as respectivas memórias de cálculos, metodologias de execução e, eventualmente, propondo alternativas, recomendações e alterações na execução da obra devido a interferências, como também no acompanhamento dos contratos de obras e no apoio técnico e logístico a Fiscalização nos serviços de campo;
- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, acompanhar o fornecimento e suficiência dos projetos, para fins de controle e atendimento da programação geral;
- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, acompanhar a execução de cada etapa das obras, zelando pelo cumprimento da boa técnica e normas pertinentes;
- Auxiliar, conforme solicitações da SEAC-RIO, na verificação do cumprimento das cláusulas dos contratos vigentes entre a SEAC-RIO e as construtoras;
- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, acompanhar a execução das obras verificando a qualidade dos serviços, inclusive sua conformidade com o projeto e especificações técnicas;

- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, analisar se os serviços indicados pela SEAC-RIO, estão sendo executados em desacordo com o projeto e/ou as especificações técnicas, bem como eventuais ocorrências capazes de interferir com o transcorrer normal das obras ou gerar situações de conflito com seus empregados, a população vizinha ou os usuários, de forma a possibilitar que a SEAC-RIO decida e indique as medidas e procedimentos a serem adotados em relação aos fatos eventualmente verificados;
- Quando solicitado e conforme instruções da SEAC-RIO, acompanhar as providências tomadas pelas Construtoras para fazer cumprir as normas em vigor de medicina, higiene e segurança do trabalho, de acordo com os dispositivos contratuais e as peculiaridades de cada obra ou serviço;
- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, verificar as medidas de segurança ativas e passivas a serem implementadas pelas Construtoras;
- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, assessorar no preparo dos elementos de campo referentes aos serviços executados, necessários à elaboração de medições e avaliações dos serviços concluídos, para fins de pagamento por parte da SEAC-RIO às construtoras;
- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, acompanhar a execução de ensaios de caracterização de todos os materiais a serem utilizados nos serviços e obras;
- Conforme solicitação e instruções da SEAC-RIO, acompanhar a execução dos controles tecnológicos previstos;
- Executar, quando solicitado pela SEAC-RIO, ensaios de caracterização de materiais e de controle tecnológico para aferir a qualidade dos materiais e dos serviços realizados;
- Se solicitada e conforme as instruções da SEAC-RIO, executar os serviços topográficos de verificação necessários à execução das obras, ao controle geométrico dos serviços executados e ao levantamento de informações para subsidiar a SEAC-RIO na análise das medições de todas as fases das obras;
- Se solicitada e conforme instruções da SEAC-RIO, a Contratada deverá apresentar o cadastro de obras ou desenhos "as built", em conformidade com as normas da SEAC-RIO;

- Se solicitada e conforme instruções da SEAC-RIO, a Contratada deverá verificar se todos os empregados da Construtora estão devidamente registrados de acordo com as leis trabalhistas vigentes, bem como se os mesmos trabalham devidamente uniformizados, utilizando crachá de identificação;
- Quando solicitada e conforme instruções da SEAC-RIO, a Contratada deverá manter programa de conscientização dos trabalhadores sobre os procedimentos ambientalmente adequados relacionados às obras, a saúde e segurança do trabalho e ao relacionamento com as comunidades;
- Informar à SEAC-RIO acerca de eventos e serviços executados pelas Construtoras, de forma a possibilitar que a SEAC-RIO mantenha o Diário de Obras atualizado;
- Elaborar "Notas Técnicas", conforme solicitações e instruções da SEAC-RIO;
- Quando solicitada e conforme instruções da SEAC-RIO, caberá à Contratada realizar a comunicação com os moradores/público afetados pelas obras, de forma a integrar e compatibilizar as diversas ações do empreendimento;
- Assessorar, conforme solicitado pela SEAC-RIO, a Comissão de Aceitação Provisória e Definitiva dos serviços executados;
- Auxiliar, conforme as solicitações e instruções da SEAC-RIO, na elaboração e atualização do controle físico-financeiro das obras, de molde a possibilitar à Fiscalização da SEAC-RIO conhecer, tempestivamente e, a cada momento, a situação das obras no seu desenvolvimento temporal, quantitativo e financeiro, assegurando-lhes as necessárias condições de decidir, em tempo hábil, as medidas para prevenir e remediar desvios indesejáveis;
- Quando solicitado pela SEAC-RIO, prestar assessoria em relação a qualquer assunto que envolva modificações de contrato, suspensão parcial ou total de serviços, execução de serviços não previstos nos contratos, modificações de preços unitários e elaborações de preços de novos serviços;

Quando solicitado pela SEAC-RIO, prestar informações acerca do andamento dos trabalhos e prestar relato das principais implicações decorrentes do desenrolar dos mesmos.

4.3. Diretrizes para intervenção do Trabalho Social

Para a melhor realização deste projeto, a empresa contratada deverá contar com equipe multidisciplinar, objetivando atender as múltiplas dimensões e necessidades que tangenciam as questões habitacionais das famílias a serem atendidas/ acompanhadas em todas as etapas do projeto.

Vale ressaltar, que a equipe de assistentes sociais realizará reuniões de mobilização das famílias apontadas pelo IPP, objetivando prestar informações sobre todo o processo de trabalho do projeto Casa Carioca.

Para o êxito da intervenção após a identificação dos domicílios elegíveis pela equipe de engenharia, a equipe social deverá priorizar as famílias com as seguintes características:

- inseridas no Cadastro Único para Programas e Benefícios Sociais e que estejam compreendidas na faixa de renda per capita que configure extrema pobreza;
- com maior número de dependentes;
- com mulher responsável pelo domicílio;
- que possuam membros idosos;
- que possuam pessoas com deficiência.

Outros critérios que devem ser adotados no processo de trabalho:

- Estabelecer estratégias e mecanismos de comunicação/acesso às informações, mobilização e participação popular em todas as etapas do projeto, especialmente em seu trâmite inaugural;
- Garantir a execução de trabalho social visando à melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias, de forma complementar as obras e serviços melhoria habitacional;
- Incentivar a implementação de mecanismos permanentes de assistência técnica e social aos beneficiários das ações de melhorias habitacionais com fito de monitorar o impacto;
- Realizar reuniões de cunho socioeducativo e informativo para às famílias beneficiárias do projeto; e

- Realizar as articulações necessárias com outros órgãos e programas socioassistenciais para mitigação das potenciais demandas dos beneficiários do projeto.

5. DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES PRELIMINARES

5.1. Critério de julgamento da licitação

A licitação será do tipo Técnica e Preço, sendo selecionada a proponente vencedora de acordo com os critérios detalhados no Anexo I do presente Termo de Referência, respeitando-se os valores de referência da administração.

Definiu-se técnica e preço, por se tratar da execução de serviços de gerenciamento, sendo de natureza predominantemente intelectual.

Cada área de atuação apresenta condições distintas e soluções diversas, o que traria um prejuízo padronizar a execução apenas com base no preço. O critério “técnica e preço” permite avaliar a competência da equipe proponente, a metodologia proposta e a capacidade de respostas a situações diversas.

Assim, a qualidade técnica interfere diretamente na efetividade, segurança e impacto das intervenções.

O cálculo da Nota Final das licitantes será de acordo com a média das Propostas de Técnica e de Preço, sendo atribuído 70% para técnica e 30% para preço, conforme art. 37, §2º, II da Lei 14.133/2021.

5.2. Regime de execução do contrato

Empreitada por preço unitário

5.3. Critérios de sustentabilidade

Trata-se de intervenções de baixo impacto ambiental, por ser ação voltada para melhoria do território com a implantação de infraestrutura básica, acessibilidade e urbanização com paisagismo. No entanto, haverá necessidade de execução de procedimentos relativos à minimização de impactos ambientais, que serão geradas pela natureza do serviço (execução da obra), tais como o descarte de: material de empréstimo ou nos casos de “bota-fora” de materiais oriundos de escavações, entulhos, lodos; vegetação e restos do serviço; galhos ou material decorrente da poda, o tratamento ou o arrancamento de qualquer árvore; resíduos gerados pela execução das atividades que apresentem características adequadas ao reaproveitamento; material de demolição de pavimentação ou de escavações; restos de madeira.

Todos deverão estar previstos no Plano de Controle Ambiental – PCA a ser elaborado pela CONTRATADA e que inclui o descarte adequado. O PCA deverá ser aprovado.

Obs: Os resíduos gerados pela execução das atividades previstas neste Termo de Referência, que apresentem características adequadas ao reaproveitamento, classificados como Classe A, conforme art.3º da Resolução CONAMA nº 307/02, oriundos de demolições de pavimentação ou de escavações, deverão ser reutilizados como aterro de valas, obedecendo ao art. 5º, II, do Decreto 27.078/06. Os resíduos que porventura não possam ser reaproveitados deverão ser encaminhados para áreas de aterro de resíduos, conforme art.10º da Resolução CONAMA nº 307/02.

Em obediência ao Decreto Municipal 27.715, de 21 de março de 2007, que regulamenta a Lei Municipal nº 4.352, que obriga que as obras e serviços públicos do Município utilizem madeira ambientalmente certificada ou cultivada, os procedimentos na contratação pública que envolvam produtos e sub produtos de madeira deverão ser observados.

5.4. Análise da CODESP

Não se faz necessária a remessa deste processo à CODESP, considerando que no orçamento em tela, a mão de obra contemplada na planilha orçamentária será contratada diretamente pela empresa vencedora do certame e não pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Os trabalhos englobam o fornecimento de materiais e mão de obra, não havendo análise que identifique que a mão de obra seja preponderante. Neste sentido, faz-se mister ressaltar, que as composições de custos do SCO-RIO/FGV, preconizam insumos e coeficientes consagrados em obras e serviços de engenharia, o que permite o desenvolvimento dos trabalhos de forma global, fazendo com que, em condições técnicas normais, haja uma maior incidência da utilização de materiais do que de mão de obra. Portanto, não há necessidade de ser submetido à vista da CODESP.

6. RESULTADOS ESPERADOS

A SEAC-Rio espera, com a presente contratação, ampliar sua capacidade de atuação por meio de apoio técnico qualificado nas áreas de gerenciamento, supervisão, assessoramento e trabalho social em territórios marcados por vulnerabilidades sociais e urbanísticas. O principal resultado almejado é o aperfeiçoamento da gestão dos programas e projetos conduzidos pela Secretaria, por meio da consolidação de fluxos operacionais mais eficientes, maior controle físico-financeiro das ações e da geração de

insumos técnicos e estratégicos, como relatórios, projetos executivos e registros sistematizados, que subsidiem a tomada de decisão da Administração.

Espera-se que a atuação da empresa contratada também contribua para a inclusão social e urbana das famílias atendidas, considerando suas demandas específicas e a diversidade social presente nos territórios, com vistas à democratização do acesso à cidade e à redução das desigualdades. Alinha-se a isso a consolidação de uma abordagem de sustentabilidade urbana, entendida como a promoção de um desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável.

Adicionalmente, a SEAC-Rio busca que a experiência acumulada no âmbito do contrato deixe como legado um acervo de boas práticas, ferramentas e lições aprendidas que fortaleçam sua capacidade institucional, contribuindo para a qualificação progressiva das políticas públicas desenvolvidas pela Pasta. Dessa forma, os serviços contratados deverão impactar diretamente na melhoria da qualidade de vida das populações atendidas, com efetividade, integração e responsabilidade social.

7. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a engenharia consultiva para a prestação de serviços técnicos de gerenciamento dos programas e projetos executados pela Secretaria, incluindo o planejamento, execução e monitoramento das intervenções conduzidas pela Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC-RIO).

8. LOCALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Os serviços constantes desse Termo de Referência deverão ser executados em assentamentos populares nas AP1, AP2, AP3, AP4 e AP5, contemplados pelos projetos e programas dessa Secretaria.

As favelas e loteamentos irregulares serão elencados em função de sua vulnerabilidade social, vulnerabilidade ambiental e levando em conta as prioridades da Administração Municipal de acordo com os dados do Programa Territórios Sociais, Plano Diretor e Planejamento Estratégico.

9. MODALIDADE LICITATÓRIA E NATUREZA DA OBRA

Trata-se da contratação de serviços técnicos especializados de natureza não comum, com escopo abrangente que envolve apoio técnicos de gerenciamento dos programas e projetos executados pela Secretaria, incluindo o planejamento, execução e

monitoramento das intervenções conduzidas pela Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC-Rio), especialmente em assentamentos populares.

Esses serviços exigem soluções singulares e personalizadas para cada território, dada a complexidade urbanística e social das áreas atendidas. As premissas técnicas de cada projeto demandam diagnóstico e intervenção específica, não sendo possível padronizar previamente os métodos e meios de execução.

Assim, não se trata de serviços comuns, pois não é possível definir previamente e de forma objetiva os padrões de qualidade e desempenho por meio de especificações usuais de mercado, conforme exigido pelo art. 6º, inciso XL, da Lei nº 14.133/2021 para adoção do pregão.

Além disso, os serviços contratados possuem natureza predominantemente intelectual, sendo imprescindível a avaliação da proposta técnica para aferição da qualidade, da metodologia e da capacidade de execução da contratada. Esses aspectos são incompatíveis com o julgamento meramente pelo menor preço — lógica própria do pregão.

O próprio Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado de que serviços técnicos especializados e intelectuais devem ser contratados por meio de modalidade que permita análise qualitativa das propostas, como a concorrência do tipo “técnica e preço”. (Ex.: Acórdão TCU nº 2.861/2011 – Plenário)

Por fim, destaca-se que, considerando o valor estimado da contratação, adota-se como modalidade a Concorrência, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 1º, inciso I, alínea “c”, da Resolução CGM nº 1.414/18.

10. TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A licitação será do tipo **TÉCNICA E PREÇO** sob regime de **EXECUÇÃO INDIRETA SOB EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, de acordo com cronograma físico-financeiro em anexo, com modo de disputa fechado.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços é de **360 (trezentos e sessenta)** dias corridos, a partir do Memorando de Início e de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

12. EXECUÇÃO DO OBJETO:

A CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos após o recebimento do “Memorando de Início”, emitido pela FISCALIZAÇÃO. Em seguida deverá apresentar-se na sede da SEAC-RIO, representado pelo Engenheiro/Arquiteto indicado na proposta como Responsável Técnico, de modo a tomar conhecimento das normas estabelecidas, e demais condições exigidas.

12.1. Providências necessárias para a realização dos serviços:

A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra, todos os materiais de consumo para os serviços e veículos (até o limite estabelecido em contrato) necessários, que possibilitem imprimir andamento aos trabalhos, suficiente para a condução dos mesmos no prazo previsto.

12.2. Equipamentos:

A CONTRATADA deverá dispor do número e tipos de veículos nas condições definidas na Planilha de Orçamento, além de equipamentos, programas e demais instrumentos que viabilizem a execução eficiente do trabalho.

12.3. Mão-de-obra, experiência e substituição:

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos e serviços especializados necessários, para executar com perfeição e integralmente as atividades relacionadas com os serviços objeto deste escopo, limitadas as quantidades e diversidades previstas na Planilha Orçamentária.

Os ocupantes dos cargos de Engenheiro/Arquiteto deverão possuir, preferencialmente, experiência comprovada, adquirida no exercício de função idêntica e em serviços de características semelhantes à presente. A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a imediata substituição de qualquer profissional que demonstrar não se enquadrar no perfil necessário a este tipo de serviço ou apresentar conduta inconveniente.

A CONTRATADA deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/CAU, referente ao gerenciamento por parte dos Engenheiros/Arquitetos da CONTRATADA.

12.4. Licenciamento ambiental

A obra deverá ser licenciada ambientalmente e caberá à Contratada obter as Licenças, Certidões e Autorizações, bem como a Licença Municipal de Instalação (LMI), de acordo com o Decreto 40.722 de 08/10/2015, atendendo a Resolução SMAC 27 de 08 de outubro de 2020 e o Decreto Municipal 33.971/11, ou mesmo a Declaração de inexigibilidade, se for o caso, ficando a Contratada responsável pelo cumprimento das condicionantes das licenças e/ou Autorizações, bem como sujeito às eventuais sanções e as diretrizes da Lei Complementar 111/2011.

Lei Municipal 5.248 de 27/01/2011 – adotar medidas que visem ao cumprimento das metas de redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE).

13. PRODUTOS

Os produtos abaixo listados formam uma composição básica esperada, no entanto podem ser solicitados produtos complementares, conforme demanda da FISCALIZAÇÃO e de acordo com o escopo dos serviços. A CONTRATADA deverá apresentar modelos de relatórios para avaliação e aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, que poderão ser adequados conforme o andamento e a conveniência da SEAC-RIO.

Quando da execução das obras e/ou intervenções de melhorias habitacionais a empresa contratada deverá consolidar as atividades desenvolvidas, através da apresentação de relatórios mensais, que deverão traduzir as ações empreendidas, com o objetivo de aferir prazos, qualidade e conformidade das obras e serviços relacionados à implementação do Projeto Casa Carioca.

As medições para efeito de pagamento dos serviços se darão mediante a apresentação dos relatórios e avaliação da FISCALIZAÇÃO do contrato.

Os relatórios devem ser apresentados em 1 (uma) via impressa e encadernada, acompanhadas do respectivo arquivo digital.

13.1. Relatórios Mensais de Progresso do Projeto

Deverão ser apresentados relatórios mensais observando o escopo dos serviços, devendo ser emitidos até o 10º dia do mês subsequente ao de referência, abordando aspectos físicos, sociais, administrativos, financeiros e outros componentes

13.2. Apoio ao gerenciamento, incluindo o apoio logístico

O tópico relativo às atividades de Gerenciamento deverá respeitar as instruções da SEAC-RIO e abordar o planejamento do Projeto e o controle dos avanços obtidos, contendo o Planejamento Inicial das Obras; a análise contínua da atualização/adequação do planejamento das obras; o avanço físico e financeiro no período; as análises de desvios e sugestões de medidas corretivas e o registro fotográfico. Deve contemplar, ainda, entre outros temas julgados de interesse da SEAC-RIO:

- Dados do plano financeiro, abrangendo investimentos programados e realizados, avaliando usos e fontes de recursos, analisando necessidades e

disponibilidades, promovendo a adequação do planejamento físico, quando for o caso.

- A avaliação do alcance das datas-marco estabelecidas, com recomendação de eventuais ajustes;
- O registro de ocorrências e eventos mais significativos, relacionando todos os documentos técnicos e administrativos de referência.
- Quando solicitado expressamente pela SEAC-RIO e conforme suas instruções, contemplar o Plano de Licitações do Empreendimento, englobando as contratações de estudos e projetos, obras e fornecimentos, analisando aspectos técnicos, financeiros, administrativos e legais;
- Disponibilização de equipamento de comunicação (rádio transmissor-receptor e/ou aparelho celular com linha telefônica e internet); e
- Disponibilização de veículos para o transporte de equipe técnica de apoio à Fiscalização em serviços de campo.

13.3. Apoio à Supervisão

O tópico relativo às atividades de Supervisão deverá registrar, em detalhes, as análises de:

- Elaboração e acompanhamento da programação de entrega de projetos, levantamentos, ou revisão de estudos e projetos executivos, estimativas de custos e orçamentos, com as respectivas memórias de cálculos, em compatibilidade com a programação do empreendimento e com o cronograma de execução das obras;
- Controle dos prazos de execução dos projetos a serem elaborados para os 6 (seis) primeiros meses do contrato, a fim de não comprometer os prazos finais das obras e serviços de engenharia;
- Cadastramento das modificações nos projetos entregues anteriormente, destacando as justificativas das alterações ocorridas, subsidiando o "as built" que será abordado no Relatório Final;
- Controle da tramitação dos documentos disponibilizados, visando sempre a circulação das últimas versões emitidas;
- Registro do planejamento e no apoio a Fiscalização, disponibilizando quadros técnicos (engenheiros e arquitetos consultores, desenhista cadista, topógrafo, assistentes sociais e auxiliares) e equipamentos de precisão (teodolito eletrônico completo), na execução das obras e nos serviços de campo, dos avanços físicos

alcançados, do controle dos contratos de execução em andamento, eventuais dificuldades, pendências, não conformidades e comentários sobre a qualidade dos serviços executados, ocorrências consideradas relevantes, inclusive referentes a chuvas na região das obras, detalhamento das atividades desenvolvidas, tendo sempre a preocupação de subsidiar a consolidação dos cadastros e desenhos "as built";

- Registro fotográfico das diversas frentes de serviço.

13.4. Trabalho Social

No desenvolvimento do trabalho técnico-social é preconizado à produção de formulários/relatórios/pareceres sociais com indicadores pertinentes e demandas manifestas, bem como a implantação de rotinas necessárias à alimentação e retroalimentação da equipe de supervisão da empresa contratada e da SEAC-Rio com Informações Gerenciais a partir de dados produzidos na atividade de campo, objetivando monitorar os impactos sociais da ação nas famílias atendidas.

14. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação do serviço se dará nas dependências da empresa contratada, nos canteiros de obras e/ou bases montadas pela empresa e nos locais designados pela SEAC-RIO, de forma a propiciar a sua melhor operacionalização.

As empresas sediadas em outro município deverão instalar escritório nesta cidade, de forma a permitir uma melhor operacionalização do contrato.

15. CONSIDERAÇÕES GERAIS NO ÂMBITO CONTRATUAL DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados de acordo com o Contrato de Prestação dos Serviços e em consonância com o Edital e todos os seus Anexos.

Caberá à Contratada a inteira responsabilidade pela qualidade dos serviços junto à SEAC-RIO, devendo observar as normas técnicas e as competências profissionais pertinentes.

No que tange aos serviços objeto da subcontratação, esses não poderão ser os itens especiais do contrato, especialmente aqueles para os quais foram solicitados atestados de capacidade técnica, por ocasião da abertura do certame. (Acórdão TCU nº 3.144/2011-Plenária). Portanto, os serviços que poderão ser subcontratados deverão ser inequivocamente, complementares ou acessórios, mas não os principais.

16. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:

Para o levantamento e coleta de dados e informações, a SEAC-RIO se compromete a estabelecer contatos com outros órgãos da Administração Pública, instituições diversas e empresas no sentido de facilitar a disponibilização de dados existentes. Em todos os casos, a empresa Contratada será responsável pelo recolhimento, reprodução e devolução desses dados.

16.1. Propriedade dos Serviços

Todos os produtos dos serviços e seus suportes, inclusive resultados, informações e métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, serão de propriedade exclusiva da SEAC-RIO, cabendo a esta autorizar o uso e a divulgação da totalidade ou parte desses produtos.

17. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A obra deverá ser licenciada ambientalmente e caberá à Contratada obter as Licenças, Certidões e Autorizações, bem como a Licença Municipal de Instalação (LMI), de acordo com o Decreto 40.722 de 08/10/2015, atendendo a Resolução SMAC 27 de 08 de outubro de 2020 e o Decreto Municipal 33.971/11, ou mesmo a Declaração de inexigibilidade, se for o caso, ficando a Contratada responsável pelo cumprimento das condicionantes das licenças e/ou Autorizações, bem como sujeito às eventuais sanções e as diretrizes da Lei Complementar 111/2011.

Lei Municipal 5.248 de 27/01/2011 – adotar medidas que visem ao cumprimento das metas de redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE).

18. EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica (discriminada na planilha de custo anexa) a ser alocada para o desenvolvimento dos serviços deverá ser previamente submetida ao crivo da FISCALIZAÇÃO a fim de se verificar o atendimento ao estabelecido no Termo de Referência, ficando essa autorizada a determinar o imediato afastamento de qualquer profissional que esteja prejudicando o andamento ou a boa qualidade dos trabalhos.

19. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Os critérios de julgamento serão definidos no **ANEXO I** deste Termo de Referência. As comprovações serão dadas através de atestados emitidos por profissionais apresentados pela empresa concorrente desse certame.

Em caso de empate na nota final serão critério de desempate por ordem decrescente:

1. Maior nota no critério de Experiência da licitante.
2. Maior nota no critério de Equipe técnica
3. Maior nota no Plano de Trabalho
4. Maior desconto global

Caso se mantenham empatadas duas ou mais propostas após a análise dos quatro quesitos acima mencionados, utilizar os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei 14.133.

As notas serão atribuídas com base na avaliação dos elementos das propostas técnicas e dos currículos apresentados, sendo tanto maior a nota quanto melhor for demonstrada o atendimento ao Edital e seus anexos e a compatibilidade com os objetivos da SEAC-Rio no presente certame.

A Comissão de Licitação desclassificará:

As propostas de preços que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Termo de Referência ou do Edital, quer por omissão, quer por discordância;

As propostas que não apresentarem a comprovação de acervo técnico dos serviços mais relevantes, identificados na parcela de maior relevância e no **ANEXO I**.

As propostas que tiverem nota inferior a 60% da avaliação técnica total da pontuação máxima definida pelo **ANEXO I**.

As propostas que tiverem nota inferior a 50% da avaliação técnica da pontuação máxima de cada item (Plano de Trabalho, Equipe Técnica, Experiência da Licitante), definida pelo **ANEXO I**.

As propostas com preço excessivo, consideradas como tais as que excederem ao valor estimado desta Licitação;

As propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Consideram-se manifestadamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração;
- Valor orçado pela administração.

Os licitantes classificados na forma acima cujo o valor global da proposta for inferior a 80 % (oitenta por cento) do menor valor a que se refere será exigida para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do artigo 56, igual a diferença entre o valor resultante da presente alínea e o valor da correspondente proposta.

Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, a Comissão de Licitação, através de diligência, poderá averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos compatíveis com o mercado, tornando possível a execução objeto do certame.

20. RELACIONAMENTO CONTRATADA E FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO do contrato será procedida por no mínimo 3 (três) servidores da SEAC-RIO, especialmente designados para esse fim, conforme Art. 7º do Decreto Municipal 34.012/2011. A eles caberá a FISCALIZAÇÃO da execução dos serviços e a atestação de despesas, além de resolver e decidir todo e qualquer caso de dúvida que surja ou que não esteja previsto neste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias a facilitar o acesso da FISCALIZAÇÃO a todo e qualquer local de serviços, possibilitando o livre exercício de suas funções.

A execução de todos os serviços deverá obedecer aos procedimentos contidos neste Termo de Referência, bem como aos termos previstos no contrato. Deverão ser observadas adicionalmente as normas, resoluções e instruções da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, normas técnicas da ABNT e demais dispositivos legais vigentes.

Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto no Contrato, nestas Especificações e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos, dentro dos limites de suas atribuições.

De modo algum, a atuação da FISCALIZAÇÃO eximirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA pelos defeitos de concepção, logística, atuação e execução dos serviços previstos no Contrato. Só à CONTRATADA caberá a responsabilidade, devendo esta informar, por via documental, a FISCALIZAÇÃO qualquer ação que julgue incompatível com a boa técnica, devidamente justificada e fundamentada. A FISCALIZAÇÃO poderá acatar e deverá definir nova abordagem para solução do problema.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto deste Termo de Referência e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento dos mesmos.

Este Termo de Referência, a Planilha de Orçamento e o Cronograma Financeiro são elementos que se complementam, devendo eventuais discordâncias serem resolvidas pela FISCALIZAÇÃO, com a mais adequada ordem de prevalência. A CONTRATADA deverá conservar uma cópia deste termo e das especificações e dos projetos, sempre à disposição da FISCALIZAÇÃO.

21. RESPONSABILIDADES E GARANTIAS

Reserva-se a FISCALIZAÇÃO o direito de impugnar o andamento dos serviços, desde que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer por sua conta o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as especificações e diretrizes de serviços.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento ou ato da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato.

Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato as solicitações da FISCALIZAÇÃO, dentro do Contrato e seus Anexos.

21.1. GARANTIA DE PROPOSTA

Para assegurar a seriedade das propostas apresentadas e mitigar riscos desistência injustificada por parte dos licitantes, fica estabelecida a exigência de garantia de proposta, nos termos do artigo 58, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Tal medida visa proteger o interesse público, garantindo a efetividade do certame e a celebração do futuro contrato, evitando atrasos na execução do objeto licitado e prejuízos decorrentes da necessidade de convocação de licitantes remanescentes. Ressalta-se que a exigência observa o limite legal de até 1% do valor estimado para a contratação, mantendo a proporcionalidade e não restringindo a competitividade do certame.

22. CRONOGRAMA

O cronograma físico financeiro faz parte integrante dos documentos de licitação. Porém, a Contratada deverá apresentar em até quinze dias uma atualização numa representação gráfica contendo o tempo de duração dos serviços a serem executados, prevendo sua integralização. Esse cronograma será submetido à aprovação da Fiscalização.

Os serviços previstos bem como o aluguel de equipamentos deverão ser realizados de acordo com a solicitação da Fiscalização. As medições serão, portanto, sujeitas à realização dos serviços solicitados e executados.

23. MEDIÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, durante o período de execução dos serviços, junto com a documentação de faturamento, um relatório descritivo dos serviços, com memória de cálculo elencando os itens orçamentários do SCO-Rio utilizados na execução de cada serviço ou produto, de acordo com as planilhas e quantitativos por produto discriminados no orçamento.

As medições para efeito de pagamento serão procedidas mediante a apresentação dos produtos/relatórios mensais previstos no cronograma. Poderão haver medições intermediárias, mediante a apresentação de relatórios parciais.

O desempenho da CONTRATADA será avaliado mensalmente pela FISCALIZAÇÃO, através dos procedimentos descritos no Boletim de Desempenho, com a finalidade de verificação da perfeita execução dos serviços e o atendimento aos projetos, normas, especificações e disposições contratuais.

As medições autorizadas pela FISCALIZAÇÃO deverão estar em consonância com o Decreto Municipal 34.012/11 e suas alterações.

24. VISITA TÉCNICA

A licitante deverá realizar visita técnica aos locais onde serão realizadas as obras objeto de gerenciamento. A visita técnica deverá ser agendada previamente, com data e horário, junto a CIC – Coordenação de Intervenções Comunitárias, através do endereço eletrônico: cic.seac@gmail.com. A visita técnica deverá ser realizada por responsável técnico da licitante, devidamente identificado, por meio de documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a visita técnica e será necessariamente acompanhada por técnico desta Secretaria. Após

a realização da visita técnica a CIC – Coordenação de Intervenções Comunitárias emitirá Declaração de Visita Técnica.

Caso a licitante opte por não participar da visita técnica, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, atestando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

Ao não participar da visita técnica, a licitante aceita que não serão considerados eventuais questionamentos posteriores e alegações de desconhecimento quanto ao cumprimento de obrigações contratuais. O responsável técnico assume total responsabilidade por essa decisão e compromete-se a não utilizar tal fato como justificativa para questionamentos futuros relacionados a avenças técnicas ou financeiras com esta municipalidade.

25. ENTREGA DOS SERVIÇOS

A entrega dos serviços se dará por serviços executados (deferida parcelada).

26. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado do contrato será de: R\$ 14.759.332,44 (Quatorze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos), com referência ao mês de junho de 2025 (Desonerado), incluindo o percentual de 18% de B.D.I., para a execução dos serviços, conforme Planilha de Custos Unitários e Cronograma anexo.

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante no documento que acompanha o Estudo Técnico Preliminar – ETP.

A Planilha orçamentária apresenta todos os quantitativos, unidades de medida, valores unitários e globais correspondentes a esta contratação.

27. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A necessidade da presente contratação está alinhada com o Planejamento orçamentário, respaldada no Plano Plurianual (PPA) (2022-2025), na abrangência do Programa de Trabalho nº PT 5401.14.422.0657.2974 e Natureza de Despesa nº 4.4.90.39.

28. DOCUMENTOS INTEGRANTES AO TERMO DE REFERÊNCIA

28.1. Anexo I

28.2. Planilha Orçamentária

28.3. Cronograma físico-financeiro

28.4. Parcela de maior relevância



Documento assinado digitalmente
JESSICA DO NASCIMENTO PEREIRA
Data: 21/05/2026 19:31:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jéssica do Nascimento Pereira
Coordenadora de projetos
Matr.: 11/268.137-7

Jayme Leite de Oliveira
Subsecretário
Matr.: 11/207.775-8



RIO

**Ação
Comunitária**

ANEXO I

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO TÉCNICA E PREÇO

1. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

- 1.1.** A licitante deverá preparar sua Proposta Técnica conforme a seguir estabelecido.
- 1.2.** A proponente deverá apresentar PROPOSTA TÉCNICA em linguagem clara e objetiva, numerada sequencialmente, em arquivo digital no formato pdf, considerando folha de tamanho A4, utilizando fonte do tipo "Arial" tamanho 12, espaçamento entrelinhas de 1,5 e entre palavras simples, e redigida no idioma Português do Brasil, numeradas e assinadas, digitalmente, pelo representante legal ou procurador.
- 1.3.** O conteúdo da matéria deverá focalizar:
- a) **Métodos de Trabalho** – onde deverão ser expostas as formas de abordagem, a seleção dos métodos de trabalho, as normas e os procedimentos a serem seguidos e a forma de controle e de apresentação dos serviços e produtos almejados pelo objeto. Deverá ainda apresentar a sistemática com que se propõe a executar os serviços com processos tecnológicos e científicos;
 - b) **Fluxograma de Atividades** – onde a LICITANTE exporá de forma gráfica como pretende equacionar as interfaces entre as várias atividades envolvidas na consecução do objeto. A LICITANTE deverá considerar as atividades descritas no escopo dos serviços do presente Termo de Referência.
 - c) **Estrutura Organizacional** – onde conste:
 - i) O sistema a ser adotado pela LICITANTE para realização de seus serviços;
 - ii) Os controles de qualidade da execução dos serviços.
 - iii) Uma proposta de organograma da equipe a ser alocada para realização dos serviços;
 - iv) A descrição das atribuições e das responsabilidades das diversas áreas;
 - v) O cronograma físico e o de permanência do pessoal, contemplando as atividades do organograma, as categorias utilizadas e as horas alocadas por técnico.



RIO

Ação Comunitária

A classificação para cada quesito de cada proposta deverá ser feita segundo os seguintes conceitos:

- a) **Adequado/Excelente:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas.
- b) **Bom:** O texto apresenta informações que demonstram efetivo conhecimento teórico/prático sobre o tema, sendo, além disso, coerente, claro e objetivo.
- c) **Regular:** Texto e informações mínimas para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente aos demais LICITANTES; pouca objetividade e clareza.
- d) **Insatisfatório:** O texto não aborda o tema indicado e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas.

1.4. Plano de trabalho (30 pontos):

A avaliação do Plano de Trabalho e metodologia da proponente dar-se-á pela atribuição da pontuação para cada um dos itens conforme destacado a seguir, considerando o grau de qualidade da exposição:

TABELA 01 – PLANO DE TRABALHO					
ITEM	ELEMENTOS A SEREM AVALIADOS	EXCELENTES	BOM	REGULAR	INSATISFATÓRIO
1	Metodologia	10,00	8,5	2,5	0,0
2	Fluxograma	10,00	8,5	2,5	0,0
3	Estrutura Organizacional	10,00	8,5	2,5	0,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA					30,0

1.5. Experiência da Licitante (EL) – 40,00

A LICITANTE deverá comprovar que está habilitada e capacitada para exercer a



RIO

Ação Comunitária

atividade pertinente ao objeto desta licitação. A comprovação de sua experiência se dará por meio da apresentação de certidão(ões) e/ou atestado(s) expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, contendo as experiências abaixo relacionadas:

- a) Atestado e/ou certidão que comprove a experiência em serviços de gerenciamento, supervisão ou fiscalização a órgão da administração pública.
- b) Atestado e/ou certidão que comprove a experiência em serviços de elaboração de projetos executivos de reformas em unidades habitacionais em áreas urbanas e/ou favelas.
- c) Atestado e/ou certidão que comprove a experiência em elaboração de orçamentos, composições de custos e cronograma físico-financeiro a órgãos da administração pública.
- d) Atestado e/ou certidão que comprove a experiência em obras habitacionais de áreas urbanas e/ou favelas.

- Critérios de Pontuação da Capacidade Técnica da Licitante

No julgamento da Capacidade Técnica da Proponente, será atribuída pontuação de no máximo 40 (quarenta) pontos, às empresas que comprovarem sua experiência por meio de certidões e/ou atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, acompanhado (s) da(s) respectiva(s) CAT, obtida pela soma de pontos de acordo com o quadro abaixo:

TABELA 02 – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE				
ITEM	SERVIÇOS DE PROJETOS	PARÂMETROS MÍNIMOS	PONTUAÇÃO	
			POR ATESTADO	TOTAL MÁXIMO
1	Experiência em gerenciamento, supervisão ou fiscalização de obras ou projetos a órgão da administração pública	500,00 m²	5,0	10,0
2	Experiência em elaboração de projetos executivos de reformas em edificações residenciais em áreas urbanas e/ou favelas	1.000,00 m²	5,0	10,0



3	Experiência em elaboração de orçamentos, composições de custos e cronograma físico-financeiro.	1	2,5	10,0
4	Experiência em obras habitacionais em áreas urbanas e/ou favelas a órgão da administração pública.	1.000,00 m ²	5,0	10,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA				40,0

1.6. Experiência da equipe técnica (30 pontos):

1.6.1. Os Responsáveis Técnicos deverão ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior.

1.6.2. A comprovação da experiência do profissional será feita por meio de “Atestado” e/ou “Certidão” e/ou “Declaração”, na qual conste o nome do técnico e as respectivas funções desempenhadas, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo conselho profissional competente, compatíveis com o objeto da licitação, descrito e especificado neste Termo de Referência.

1.6.3. A LICITANTE deverá apresentar a comprovação de que tem a sua disposição na data prevista para a entrega da proposta e durante toda a execução do contrato, o seguinte profissional de nível superior, detentor do seguinte atestado:

TABELA 03 – EQUIPE TÉCNICA

ITEM	TIPO DE SERVIÇO	Nº DE ATESTA DOS	POR ATEST ADO	TOTAL
1	Profissional especializado em Projetos e/ou obras de reforma habitacional com experiência em gerenciamento, supervisão ou fiscalização de obras ou projetos.	1	5,0	10,0
2	Profissional de nível superior com experiência na Coordenação de serviços técnicos de projetos e/ou obras de engenharia em áreas de	1	5,0	10,0

**RIO****Ação
Comunitária**

	favela.			
3	Profissional de nível superior com experiência em geoprocessamento em mapeamento e tratamento de dados especializados	1	10,0	10,0
PONTUAÇÃO TOTAL DA CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA				30,0

NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA (NT)

A distribuição da pontuação deverá atender ao disposto na Planilha Referencial apresentada:

- a) Plano de Trabalho: 30 PONTOS;
- b) Experiência da Licitante: 40 PONTOS;
- c) Equipe Técnica: 30 PONTOS.

$$\text{NT (máximo)} = 30+40+30 = 100$$

Serão desclassificadas as LICITANTES que não atingirem 60% do total da pontuação máxima e 50% de cada item (Plano de Trabalho, Equipe Técnica, Experiência da Licitante). Caso a soma da pontuação dos atestados apresentados para um item ultrapasse a pontuação máxima, os pontos excedentes serão desconsiderados, com o item auferindo a pontuação máxima.

2. CONSOLIDAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

PLANO DE TRABALHO					
ITEM	ELEMENTOS A SEREM AVALIADOS	EXCELENTES	BOM	REGULAR	INSATISFATÓRIO
1	Metodologia	10,00	8,5	2,5	0,0
2	Fluxograma	10,00	8,5	2,5	0,0
3	Estrutura Organizacional	10,00	8,5	2,5	0,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA					30,0
EXPERIÊNCIA DA LICITANTE					
ITEM	SERVIÇOS DE PROJETOS	PARÂMETROS MÍNIMOS	PONTUAÇÃO		
			POR	TOTAL	



			ATESTA DO	MÁXIMO
1	Experiência em gerenciamento, supervisão ou fiscalização de obras ou projetos a órgão da administração pública	500,00 m²	5,0	10,0
2	Experiência em elaboração de projetos executivos de reformas em edificações residenciais em áreas urbanas e/ou favelas	1.000,00 m²	5,0	10,0
3	Experiência em elaboração de orçamentos, composições de custos e cronograma físico-financeiro.	1	2,5	10,0
4	Experiência em obras habitacionais em áreas urbanas e/ou favelas a órgão da administração pública.	1.000,00 m²	5,0	10,0
PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA				40,0

EQUIPE TÉCNICA				
ITEM	TIPO DE SERVIÇO	Nº DE ATESTA DOS	POR ATESTA DO	TOTAL MÁXIMO
1	Profissional especializado em Projetos e/ou obras de reforma habitacional com experiência em gerenciamento, supervisão ou fiscalização de obras ou projetos.	1	5,0	10,0
2	Profissional de nível superior com experiência na Coordenação de serviços técnicos de projetos e/ou obras de engenharia em áreas de favela.	1	5,0	10,0
3	Profissional de nível superior com experiência em geoprocessamento em mapeamento e tratamento de dados especializados	1	10,0	10,0
PONTUAÇÃO TOTAL DA CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA				30,0

3. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

No exame da Proposta de Preço serão considerados:

- 1 O valor proposto pelas licitantes para execução dos serviços, não podendo



RIO

Ação
Comunitária

ultrapassar os valores globais e unitários constantes do orçamento.

- 2 A obrigatoriedade de apresentação dos documentos exigidos no edital.
- 3 A coerência entre os preços unitários propostos.
- 4 A verificação do atendimento a todos os itens anteriores, sendo que o não atendimento a qualquer deles implicará na desclassificação da Proposta de Preços correspondente e, consequentemente, eliminação da LICITANTE.

4.1 Nota da proposta do preço

Será adotado o seguinte critério na atribuição da nota de preço - NP:

- a) Cálculo do fator (NP) pela aplicação da fórmula:

$$(NP) = 100 \times \frac{X1}{X2}$$

- b) X1 – menor preço proposto entre as licitantes
X2 – valor proposto por cada licitante.

4. NOTA FINAL (NF) E CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS LICITANTE

O cálculo da “Nota Final” (NF) das LICITANTES será de acordo com a média das Propostas de Técnica e de Preço, da seguinte forma:

$$NF = 0,7 \times NT + 0,3 \times NP$$

Onde:

NF= Nota Final

NT = Nota da Proposta Técnica

NP= Nota da Proposta de Preço

A classificação final será em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

ANEXO II

QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES

E

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

**ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO
(CONCORRÊNCIA – OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA)**

SEAC-RIO - Secretaria Especial de Ação Comunitária

CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO - INICIAL

EMITIDO EM 28/07/2025 11:22:04

Código : 8.942

Processo : COM-PRO-2025/00173

Ano/Mês de Referência: 2025/06

		VALOR	ETAPAS (DIAS)											
N.	SISTEMA	(R\$)	1 (30)	2 (30)	3 (30)	4 (30)	5 (30)	6 (30)	7 (30)	8 (30)	9 (30)	10 (30)	11 (30)	12 (30)
1	SISTEMA UNICO													
1.1	RELATÓRIOS DE GERENCIAMENTO	14.759.332,44												
			1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,79	1.475.933,25
Total	EM REAIS		1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,74	1.207.581,79	1.475.933,25
Etapas	EM PERCENTAGEM		8,181818	8,181818	8,181818	8,181818	8,181818	8,181818	8,181818	8,181818	8,181818	8,181818	8,181818	10,000002
Total	EM REAIS		1.207.581,74	2.415.163,48	3.622.745,22	4.830.326,96	6.037.908,70	7.245.490,44	8.453.072,18	9.660.653,92	10.868.235,66	12.075.817,40	13.283.399,19	14.759.332,44
Acum.	EM PERCENTAGEM		8,181818	16,363636	24,545454	32,727272	40,909090	49,090908	57,272726	65,454544	73,636362	81,818180	89,999998	100,000000



SEAC-RIO - Secretaria Especial de Ação Comunitária

CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO - INICIAL

EMITIDO EM 28/07/2025 11:22:04

Código : 8.942

Processo : COM-PRO-2025/00173

Ano/Mês de Referência: 2025/06



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

EMITIDO EM 28/07/2025 11:28:49

ORÇAMENTO POR PLANILHA

Código da Obra: 8.942
Processo: COM-PRO-2025/00173
Ano/ Mes de referencia: 2025/06
Prazo Previsto: 360 Dias Corridos
EAP: EAP UNICA
Aplicação de Percentuais: FATOR K
Tipo de Preço SCO: DESONERADO
Obra / Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

LOCAL DA OBRA / SERVIÇO

AP	RA	BAIRRO	LOGRADOURO	COMPLEMENTO
AP 1.1				
AP 2.1				
AP 2.2				
AP 3.1				
AP 3.2				
AP 3.3				
AP 3.4				

AP 3.5
AP 3.6
AP 3.7
AP 4.1
AP 4.2
AP 5.1
AP 5.2
AP 5.3
AP 5.4



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA
ORÇAMENTO POR PLANILHA

EMITIDO EM 28/07/2025 11:28:49

Código : 8.942 Processo : COM-PRO-2025/00173 Ano/ Mes de referencia : 2025/06 Prazo Previsto : 360 Dias Corridos

SISTEMA: SISTEMA UNICO

SUBSISTEMA: SUBSISTEMA UNICO

PLANILHA: RELATÓRIOS DE GERENCIAMENTO

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	IE00044019	RELATORIO MENSAL DE APOIO AO GERENCIAMENTO, PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E CONTROLE, INCLUSIVE APOIO LOGÍSTICO NO ÂMBITO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA. DESONERADO	un.mês	12,0000	219.491,19	2.633.894,28
2	IE00044020	RELATORIO MENSAL DE APOIO AO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO ÂMBITO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA. DESONERADO	un.mês	12,0000	146.801,97	1.761.623,64
3	IE00044021	RELATÓRIO MENSAL DE PROGRESSO E COORDENAÇÃO GERAL DO CONTRATO DE "SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E APOIO TÉCNICO A SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA (SEAC-RIO) NO ÂMBITO DOS PROJETOS DA SECRETARIA. DESONERADO	un.mês	12,0000	251.824,87	3.021.898,44
4	IE00044022	RELATORIO MENSAL DE SUPERVISAO E APOIO A FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS, INCLUSIVE O DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DOS CADASTROS, PROJETOS, ORÇAMENTOS E ELEMENTOS TÉCNICOS NO ÂMBITO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA. DESONERADO.	un.mês	12,0000	611.826,34	7.341.916,08
					Total da Planilha	14.759.332,44
						100,0000(%)
					Total do Subsistema	14.759.332,44
						100,0000 (%)
					Total do Sistema	14.759.332,44
						100,0000 (%)

TOTAL ORÇADO: R\$ 12.507.909,00 B.D.I.(%): 18,00 VALOR DO B.D.I.: R\$ 2.251.423,44 VALOR TOTAL: R\$ 14.759.332,44

FOURTEEN MILLION SEVEN HUNDRED FIFTY-NINE THOUSAND THREE HUNDRED THIRTY-TWO AND 44 / 100

Orçamentista: _____
Matricula Rubrica



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA
ORÇAMENTO POR PLANILHA

EMITIDO EM 28/07/2025 11:28:49

Código : 8.942 Processo : COM-PRO-2025/00173 Ano/ Mes de referencia : 2025/06 Prazo Previsto : 360 Dias Corridos

FOLHA RESUMO COM OS TOTAIS DAS PLANILHAS		Valor(R\$)	Percentual(%)
RELATÓRIOS DE GERENCIAMENTO		14.759.332,44	100,0000
SUBSISTEMA UNICO	Total por Subsistema:	14.759.332,44	100,0000
SISTEMA UNICO	Total por Sistema:	14.759.332,44	100,0000
TOTAL DO ORÇAMENTO:		14.759.332,44	100,00

TOTAL ORÇADO: R\$ 12.507.909,00 B.D.I.(%): 18,00 VALOR DO B.D.I.: R\$ 2.251.423,44 VALOR TOTAL: R\$ 14.759.332,44

FOURTEEN MILLION SEVEN HUNDRED FIFTY-NINE THOUSAND THREE HUNDRED THIRTY-TWO AND 44 / 100

Orçamentista: / - Rubrica

Matrícula

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para a execução de obras e/ou serviços de engenharia, na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CO – [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº ____/____/____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, pela **Lei Municipal nº 4.352/06** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 33.971/11, 46.195/2019, 49.415/2021 e 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022,**

51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022, 51.635/2022 e 51.689/2022,, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a execução das obras de _____, ou a prestação dos serviços de engenharia de _____ ou a prestação dos serviços especificados de _____, sob regime de _____ [*Empreitada por Preço Unitário / Empreitada por Preço Global / Empreitada Integral / Contratação por Tarefa/Contratação Integrada/Contratação Semi-Integrada/ Fornecimento e Prestação de Serviço Associado*], conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico (Anexo____) e/ou, quando for o caso, do Projeto Executivo, da Descrição dos Serviços, do Escopo dos Serviços e do Memorial Descritivo de fls. _____ do processo administrativo nº ____/_____.

Parágrafo Primeiro – As obras e/ou serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº ____/_____, no Projeto Básico e/ou, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, no Cronograma Físico-Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação das obras ou serviços.

Parágrafo Segundo – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por

extenso), cuja composição se encontra especificada na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, às fls. ____, do processo administrativo nº ____/_____.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo__), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) _____ [*setor competente do órgão ou entidade licitante*].

Parágrafo Segundo – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado/obra executada será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ [*setor competente do órgão ou entidade contratante*].

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/obras efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que o(a) _____ [*órgão ou entidade licitante*] esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de fatura ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da representação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no _____ [setor competente do órgão ou entidade licitante] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Oitavo – Será retida a título de garantia complementar da perfeita execução e funcionamento das obras ou os serviços, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, conseqüentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem, conforme dispõe o art. 463 do RGCAF.

Parágrafo Nono – A garantia complementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de doze (doze) meses contados da data do orçamento estimado (Consolidação da Pesquisa de Preços), junho/2025, observada a Lei Federal no 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço/obra que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços/obras caberá a comissão designada por ato do Secretário Especial da Seac que incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços/obras, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços/obras contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços/obras contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As obras e/ou serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro(a) _____ [*Arquiteto(a), se for o caso*], que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE em matéria técnica.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção das obras e/ou serviços e no local da sua execução até o respectivo encerramento.

Parágrafo Segundo – O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualificação e experiência, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – MEDIÇÕES

As medições obras e/ou serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo____), que será ajustado em função de inícios e reinícios de etapas da obra e/ou serviço, em dias diferentes, no primeiro dia útil do mês. [A redação da cláusula pode ser adaptada em razão da natureza, volume e regime de execução da obra ou serviço – preço global ou unitário. Os parágrafos primeiro, terceiro e quinto devem ser adotados em todos os contratos, independentemente do regime de execução da obra ou serviço. Os demais são recomendações para a medição de contratos executados sob o regime de empreitada por preço unitário.]

Parágrafo Primeiro – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

- a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo____), originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.
- b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo____), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PLO \times PUEII$$

$$PUII = \frac{\quad}{\quad}$$

$$PO$$

Onde:

PUII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO-RIO) da obra ou serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para a obra, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário (SCO-RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Terceiro – Não serão considerados nas medições quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo ____), ou em suas eventuais alterações no curso deste Contrato.

Parágrafo Quarto – Para obtenção do valor de cada medição, será observado, quando cabível, o seguinte procedimento, respeitadas as quantidades constantes do orçamento oficial eventualmente alteradas no curso deste Contrato:

- a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
- b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;
- c) para efeito de faturamento o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – Na medição final ou na medição única será anexado cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

Na vigência do Contrato, as quantidades dos itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo ____), poderão ser acrescidas em até 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, a juízo exclusivo da Fiscalização, desde que o acréscimo não altere o valor do Contrato e nem transfigure o objeto da contratação, na forma do disposto nos arts. 124, 125 e 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, e sejam observadas as demais disposições deste

Contrato. [A adoção desta cláusula é **recomendável** apenas em contratos com regime de execução da obra ou serviço de empreitada por preço unitário]. Art. 482 RGCAF e 294 do CAF

Parágrafo Primeiro – Em circunstâncias especiais, **devidamente justificadas e mediante prévia autorização do CONTRATANTE**, as quantidades referidas no caput desta Cláusula poderão ser acrescidas em percentual superior a 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, ou substituídos, total ou parcialmente, por outras quantidades de itens novos constantes da tabela de preços adotada neste Contrato dentro do limite de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, desde que as substituições sejam imprescindíveis à perfeita execução da obra e os preços unitários respectivos conservem o valor da proposta de preços obtido por meio da seguinte fórmula:

$$\text{PUII} = \frac{\text{PLO} \times \text{PUEII}}{\text{PO}}$$

Onde:

PUII – Preço Unitário do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento;

PO – Preço da obra na data do orçamento;

PLO – Preço da Licitante para a Obra referido à data do documento;

PUEII – Preço Unitário (SCO-RIO) do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Segundo – Para a preservação do valor do Contrato, aos acréscimos corresponderão, sempre que possível e recomendável, supressões de outros itens, em igual proporção, desde que não haja comprometimento da obra e nem se transfigure o objeto do contrato, conforme o art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro – Itens simples ou compostos que não constem originariamente na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo____), e que eventualmente se façam necessários, deverão ser incluídos sempre com base nos insumos, composições ou itens relacionados na tabela de preços adotada no Contrato.

Parágrafo Quarto – Poderão ser aceitas variantes do Projeto Executivo, quando houver, para a execução das obras e/ou serviços, que, depois de analisadas pela Fiscalização, conduzam à redução do preço contratado. Esta variante será acompanhada de uma Planilha de Quantitativos e Preços Unitários que demonstre a efetiva redução do preço referencial. A aceitação das variantes implicará [*O parágrafo serve também aos contratos com regime de execução de obra ou serviço de empreitada por preço global*]:

- a) a contemplação dos seus quantitativos e preços na Planilha Oficial de Quantitativos e Preços Unitários, procedendo-se às adaptações necessárias, com as substituições e modificações indispensáveis e pertinentes;
- b) a inalterabilidade dos preços e dos quantitativos das variantes.

Parágrafo Quinto – O CONTRATANTE poderá modificar o projeto ou as suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com alteração ou não do valor contratual, observado o disposto nos arts. 124, inciso I, e 130, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Sexto – A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme o art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Sétimo – Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- a) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- b) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- c) por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;
- d) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R\$295.186,65 (duzentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a **2% do** valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – O (a) _____ [órgão ou entidade] se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pelo _____ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF** e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) **Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)**

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

3) **Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante,

independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no

Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses contados da referida publicação ou da data estabelecida no memorando de início, se posterior.

Parágrafo Primeiro – Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo _____).

Parágrafo Segundo – O prazo de execução das obras e/ou serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro – No caso de serviços contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O período de conservação por conta da CONTRATADA será de _____ dias, a contar do aceite provisório, na forma do art. 462 do RGCAF, sem prejuízo da garantia legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CRONOGRAMA

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá à previsão das etapas constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo _____).

Parágrafo Primeiro – No decorrer da execução das obras será exigida uma produção que, aos preços contratuais originários, corresponda às etapas mínimas, em dias corridos, estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, em percentagens acumuladas em relação ao valor global das obras contratadas, que são:

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

Parágrafo Segundo – Havendo progressão no Cronograma Físico maior do que a previsão

original, a Fiscalização poderá adaptar o Cronograma Financeiro para atender essa situação, até o limite da dotação consignada no orçamento anual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS

As obras e/ou serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de _____ [Empreitada por Preço Unitário / Empreitada por Preço Global / Empreitada Integral / Contratação por Tarefa/Contratação Integrada/Contratação Semi-Integrada/ Fornecimento e Prestação de Serviço Associado], conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, do Projeto Executivo, da Descrição dos Serviços, do Escopo dos Serviços ou do Memorial Descritivo, de fls. ____ do processo administrativo nº ____/____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I** – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo (fls. ____) e na Proposta;
- II** – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III** – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV** – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;
- V** – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- VI** – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VII** – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na

legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços/obras até o seu término:

- a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços/obras executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) _____

[setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato], assim como pelo refazimento do serviço/obra e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto nos **Decretos Municipais nº 21.682/02, 23.103/03 e 27.715/07 e suas alterações posteriores**, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX - observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XXII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de

2021, e alterações posteriores;

XXIII - Promover, sem ônus para o contratante, nos casos de remoção de vegetação, a solicitação de autorização para a remoção e posterior implantação das medidas compensatórias correspondentes, nos termos da legislação em vigor;

XXIV - Manter o registro da medida compensatória realizada de modo a ser apresentada ao contratante quando solicitado;

XXV - Realizar prova da disponibilidade de veículos e equipamentos, em conformidade com o Quadro de Equipamentos (Anexo ____), indispensáveis à execução do objeto do contrato, em todas as suas fases, mediante apresentação de relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, quando for o caso.

XXVI - Manter as condições apresentadas na proposta vencedora, caso a execução do presente contrato importe na sua exclusão do regime do SIMPLES NACIONAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
- II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Obs.: A presente cláusula é necessária para cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD). Contudo, caso se trate de contrato que tenha como objeto o tratamento de dados, as obrigações específicas com relação a execução do seu objeto e o respectivo cumprimento da LGPD devem ser minudenciadas pela Pasta.

I - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução do presente contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei e nesse contrato.

IV - Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, restringindo-se ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais relativos à LGPD impostos à CONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por garantir a sua observância perante o CONTRATANTE.

V - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

VI - A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

VII - A CONTRATADA deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

VIII - O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo realizar diligências, inspeções e auditorias, a fim de zelar pelo cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender, no prazo indicado pelo CONTRATANTE, eventuais pedidos de comprovações formulados.

IX - A fiscalização do CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD e desse ajuste.

X - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

XI - Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE o fato em, no máximo, 24 horas, contados da sua ciência, para que este possa comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao Titular, na forma do art. 48 da LGPD.

XII - A CONTRATADA deverá manter banco de dados – art. 5º, IV da LGPD – em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, disponibilizando-o quando solicitado, na forma dos arts. 25 e 37 da LGPD.

XII.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XIII - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, os dados pessoais serão transferidos ao CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e eliminados definitivamente pela CONTRATADA.

XIII.1 - O CONTRATANTE manterá os dados pessoais necessários ao cumprimento do art. 16 da LGPD somente enquanto não prescritas essas obrigações.

XIV - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Obs.: Em contratos que envolvam o tratamento de dados no seu objeto, recomenda-se avaliar a inclusão de disposição sobre transferência internacional de dados, estabelecendo a sua vedação ou alguma rotina para sua eventual realização.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo _____ [autoridade competente], na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – As obras e/ou serviços executados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços/obras não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços/obras não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto – O objeto do presente Contrato será recebido:

- a) provisoriamente, na forma dos art. 501 a 504 do RGCAF e do art. 140, II, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) definitivamente, após o decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais, na forma dos arts. 501 a 503 e 505, todos do RGCAF e do art. 140, II, “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Quinto – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e/ou serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a SEAC poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) Advertência;**
- (b) Multa;**
- (c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1)** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços/obras;
- 2)** 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços/obras.
- 3)** após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço/obra, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato;
- 4)** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5)** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços/obras contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01
---	---	----

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto- O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

Parágrafo Sexto - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo - Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Oitavo - As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono - A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência do(a) *[setor competente do órgão ou entidade contratante]* e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE _____

[Secretário Municipal da Secretaria por meio da qual celebrado o contrato ou a que vinculada a entidade contratante].

Parágrafo Décimo - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Primeiro - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” do caput da Cláusula anterior;
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “d” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não

reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da extinção do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, ficando solidariamente responsável com a SUBCONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução das obras e/ou serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico–financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de extinção do Contrato;
- b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar–se–ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____(_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº
19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

ANEXO VII

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº
____/____ [denominação/razão social da
sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº
_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 27.715/07

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em conformidade com o disposto no Decreto Rio nº 27.715/2007, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que, para a execução do objeto deste Contrato, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

ANEXO IX

DECLARAÇÃO REF. AOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 27.078/06 E Nº 33.971/11

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em conformidade com o disposto nos Decretos Municipais nº 27.078/06 e nº 33.971/11, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a execução do objeto deste Contrato observará as disposições da política municipal de gestão sustentável de resíduos da construção civil.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

ANEXO X

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, _____ *[nome completo do representante legal da empresa]*,
DECLARO que o(a) Sr(a). _____ *[nome completo do profissional indicado da empresa]*, profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao _____ *[local ou equipamento visitado]*, acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade _____, nº ____/____, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Agente Público

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

ANEXO XII

PROPOSTA

Carimbo do CNPJ

À PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Especial de Ação Comunitária

Campo de São Cristóvão, 268. São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ

A Empresaestabelecida na.....vem apresentar proposta para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e apoio técnico a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC-RIO), no âmbito dos projetos e programas da secretaria. E terá prazo inicial de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias, em regime continuado, até a conclusão do processo de implantação, sob regime de Empreitada por Preço Unitário conforme as especificações constantes do Termo de Referência, objeto da Concorrência Eletrônico n.º 90XXX/2025, publicado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Considerando os preços unitários constantes da planilha de preços da SEAC (Anexo II), apresentamos uma proposta comercial no valor global de R\$(.....).

O preço refere-se ao mês da apresentação desta proposta, nas condições estipuladas no Edital e seus anexos, às quais declara submeter-se inteiramente

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(Nome, Carteira de Identidade, Cargo)

Carimbo da Empresa

ANEXO XIII

MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na _____ *[endereço das instalações]*, acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO
TRABALHO**

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à)
_____ [órgão ou entidade CONTRATANTE], que, na execução do presente
contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

ANEXO XV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial] Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____. [endereço da sociedade empresarial] Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA

(em papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Secretaria Especial de Ação Comunitária, que o pagamento dos salários e dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários (competência __mês__/_ano__) referentes aos empregados vinculados à execução do objeto contratado por meio do Concorrência Eletrônica – CO SEAC Nº ____/20245 encontram-se regularmente quitados. Conforme previsto no subitem 18.3 do edital de Concorrência Eletrônica – CO SEAC Nº ____/2025, encaminho em anexo o comprovante de pagamento das guias de FGTS e INSS relativas ao mês de __mês__/_ano__.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)